

Revista anual da indústria dos diamantes

república de
angola 2004

Principais desafios para o futuro

Editorial

A guerra em Angola teve início em 1961 com a luta armada pela independência da potência colonial, Portugal. Angola conseguiu a independência em Novembro de 1975 e, simultaneamente, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) – uma de três facções que tinham lutado pela independência – começou uma guerra civil que durou 27 anos. A UNITA desenvolveu a sua estratégia de guerra de recursos durante a década de 1980, quando Angola foi vítima das políticas da guerra fria e das guerras do “apartheid” da África do Sul contra os seus países vizinhos. Breves períodos de paz provaram ser ilusórios; a guerra civil de Angola viria finalmente a terminar em 2002 com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Esta primeira *Revista Anual* da indústria dos diamantes em Angola examina o estado da indústria desde o período em que as sanções das Nações Unidas contra a UNITA foram levantadas em Dezembro de 2002. Esta revista examina o potencial dos diamantes para actuar como um motor de desenvolvimento em vez da guerra. A revista apresenta também alguns dos desafios que agora enfrenta um governo que foi largamente criticado pelo seu secretismo, corrupção e má gestão.

Em 2003, Angola classificou-se em 164º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, que combina o rendimento per capita, alfabetização, mortalidade infantil e esperança de vida. Sendo um país ligeiramente maior que a França, Angola é pouco povoada. Apesar de não ter sido realizado nenhum censo recente, estima-se que a população se encontre entre cerca de 12 e 16 milhões. As guerras, no entanto, levaram grande parte da população rural para as cidades, com entre um quarto a um terço da população a viver só em Luanda – agora uma cidade de quatro milhões de pessoas.



Mina de Catoca, Lunda Sul

Os problemas de Angola, após tantos anos de guerra, são diversos, e não é possível responder a todos eles rapidamente. O regresso de cerca de um milhão de refugiados e o realojamento de mais de três milhões de pessoas deslocadas a nível interno juntam-se aos já colossais problemas de reconstrução. O custo calculado da restauração só das estradas e das pontes – essenciais para o movimento de alimentos, bens e pessoas – é de 4 mil milhões de dólares americanos. Apesar da guerra ter terminado em 2002, 1,7 milhões de pessoas ainda necessitam de ajuda alimentar ao abrigo do Programa Alimentar Mundial. Existem até cerca de cinco milhões de minas terrestres, especialmente em áreas agrícolas. Fora das principais cidades litorais, existiu pouco espaço de manobra para o investimento seguro ou desenvolvimento, e o controlo do estado sobre o país no seu todo só agora começa a tornar-se uma realidade. O aumento de capacidade das instituições sociais está apenas a começar.

O sector dos diamantes foi gravemente afectado pela guerra, mas tem sido considerado por muitos como um potencial elemento motriz de desenvolvimento e novo investimento nas províncias, apesar do ponto de partida ser bastante baixo. Algumas alterações estão a ser colocadas em prática de modo evidente; os regulamentos relativos aos diamantes do país estão a ser alterados e o governo encontra-se actualmente no processo de expulsar cerca de 350.000 mineiros de diamantes congolezes ilegais. Perante este panorama, o redesenvolvimento do sector dos diamantes e a realização de investimentos nas regiões mineiras – de maneira a que beneficiem o indivíduo angolano comum – será de importância vital nos meses e anos que se aproximam. A *Revista Anual* 2004 examina o estado da indústria dos diamantes angolana actualmente, e irá esperançosamente servir como uma referência para a avaliação de desenvolvimentos futuros.

Principais Desafios Para o Futuro.....	1	Leviathan	7
Geologia de Angola.....	1	Mineração Artesanal.....	7
História	2	Expulsão de Mineiros Congolezes	9
As Nações Unidas: Manutenção da Paz e Sanções.....	2	Empresas de Mineração e Responsabilidade Social	9
Os Intervenientes	3	Questões Ambientais	9
Estrutura da Indústria	3	Contrabando.....	10
Projectos de Mineração e Empresas Internacionais.....	4	Transparência e Corrupção no Sector dos Diamantes	10
Empresas de Mineração Angolanas	5	O Processo Kimberley: Conformidade em Angola	11
Projectos em Perspectiva.....	6	O Processo Kimberley	11
De Beers.....	6	Notas e Agradecimentos	12

Geologia de Angola

Os diamantes surgem em “kimberlites” e numa variedade de depósitos plácer. Cerca de 700 “kimberlites” de tamanhos (65-190 hectares) e formas várias são conhecidos em Angola, sendo que o grau aumenta com a profundidade. Os “kimberlites” estão alinhados ao longo de um eixo de tendência sudoeste para nordeste ao longo do país e até dentro da República Democrática do Congo.

Os diamantes aluviais são produzidos a partir da erosão de “kimberlites” de origem vulcânica com cerca de 80 a 120 milhões de anos. Os campos de diamantes mais ricos encontram-se situados no canto nordeste de Angola, em Lunda Norte. A produção no passado e no presente é realizada principalmente a partir de depósitos de rios aluviais, mas ocorre também em alguns depósitos em terraços aluviais ou conglomerados cretácicos.

As reservas de diamantes foram avaliadas em 2000 em cerca de 40 milhões de quilates nos depósitos aluviais e de terraço, e em 50 milhões de quilates em tubos de “kimberlites”, apesar do primeiro número ser actualmente considerado por alguns geólogos como improvável, após a depredação dos recursos aluviais. Facto interessante, é que um dos efeitos da mineração da UNITA foi o de demonstrar que Angola possui mais depósitos de diamantes do que anteriormente se sabia.

História

Angola constitui um dos maiores recursos de diamantes de África, com depósitos de terraço e aluviais à larga escala ao longo dos seus rios, especialmente na região nordeste do país, e com recursos inexplorados de diamantes nos seus muitos tubos de “kimberlites” identificados. É o quarto maior produtor a nível mundial de diamantes em termos de valor, apesar de fontes do mercado acreditarem que com a produção clandestina, Angola seja realmente o terceiro maior produtor. Os diamantes são a segunda maior exportação de Angola logo a seguir ao petróleo, resultando numa média de cerca de 700 milhões de dólares americanos por ano desde 2000, e o desenvolvimento do sector é uma prioridade nacional.

Os diamantes foram descobertos em Angola em 1912, em Mussulala na Lunda Norte num afluente do rio Chicapa, pelos prospectores Johnston e McVey, que estavam a seguir a fonte de diamantes encontrada na região do então Congo Belga. Uma empresa de prospecção, a Companhia de Pesquisa Mineira de Angola (PEMA), foi criada em 1912 para comprovar os recursos. O “veículo” mineiro colonial Diamang (Companhia de Diamantes de Angola), uma *joint venture* entre De Beers, o estado português e interesses de finanças de mineração internacional, foi criado em 1917. As regiões das Lundas haviam sido colocadas sob controlo português por aquilo que seriam denominadas por guerras de “pacificação” do povo Chokwe. Apesar de serem o maior grupo étnico local, prolongando-se até ao Congo (e bem conhecido pela sua arte e cultura), os Chokwe tinham a tendência a resistir a trabalhar nas minas, e trabalhadores eram atraídos de outras áreas de Angola. O colonialismo português legalizou a utilização de mão-de-obra “contratada” barata e nem sempre voluntária importada de outras áreas de Angola. Um dos exemplos foi o aprovisionamento de 5.500 dos 17.500 trabalhadores africanos da Diamang em 1947¹.

A partir da criação da empresa, Angola foi um país de grande interesse para os maiores intervenientes do panorama mundial de diamantes e de capital de mineração. De Beers geriu todas as actividades de mineração da empresa. A Diamang era famosa como um “estado dentro de um estado” com as suas próprias leis, polícia de mineração, produção de alimentos e controlos fronteiriços.

Os diamantes foram produzidos durante este período a partir de minas aluviais nas bacias hidrográficas dos rios Cuanza, Luachimo e Chicapa, os quais continuaram a ser a espinha dorsal da indústria mineira em Angola. A prospecção a nível nacional foi levada a cabo pela última vez na década de 1970 pela CONDIAMA, uma empresa De Beers. Esta continua a ser a principal fonte de informação sobre depósitos de diamantes, apesar de um

levantamento geológico russo de Angola ter sido concluído da década de 1980.

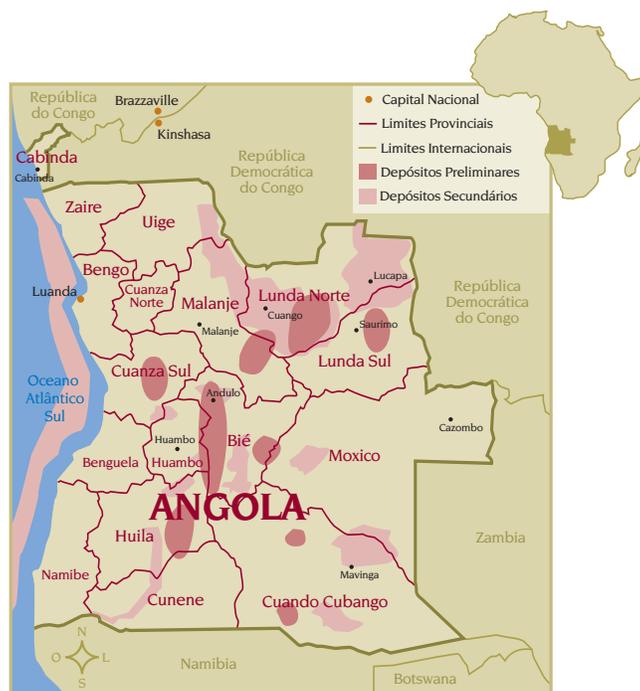
Por altura da independência, o veículo colonial Diamang abandonou a mineração devido à falta de capacidade técnica – os cidadãos angolanos não tinham até àquela altura recebido formação até a um nível em que lhes permitisse realizar as operações de mineração no anterior mundo de colonialismo português, isto até à década de 1960.

Em 1977, o governo assinou um acordo de operação com a Mining and Technical Services Ltd. (MATS), um veículo implementado por De Beers para a mineração em Angola. De Beers também forneceu formação de classificadores de diamantes angolanos em Londres. Toda a produção era vendida à Central Selling Organization (CSO) de De Beers em Londres. A MATS aumentou a produção de diamantes de Angola para 184,5 mil quilates avaliados em 233,9 milhões de dólares americanos até 1980. No entanto, por altura de 1986, as relações com De Beers tinham-se deteriorado, e os ataques da UNITA às minas reduziram a produção para 16,6 milhões de dólares americanos.

Entre 1986 e 1991, a Endiama continuou a utilizar concessionários de exploração. Os contratos de joint venture só foram introduzidos em 1994. Com a Roan Selection Trust e a ITM Mining a actuar

como concessionários de exploração, a produção de diamantes aumentou para 87.139 quilates, no valor de 107 milhões de dólares americanos. Os diamantes eram vendidos inicialmente por concurso, e posteriormente foi criado um sistema de vendas em Antuérpia, utilizando cinco empresas belgas e classificadores de diamantes angolanos. Os ataques da UNITA às minas, no Cuanza mais especificamente, continuaram até ao final desta fase da guerra, seguindo-se a assinatura dos Acordos de Nova Iorque e Acordos de Bicesse entre o governo e a UNITA.

A UNITA rejeitou o subsequente resultado das eleições e, em Outubro de 1992, regressou à guerra



As Nações Unidas: Manutenção da paz e sanções

A primeira missão de manutenção da paz das Nações Unidas em Angola, a UNAVEM I, foi criada em 1988. A UNAVEM II supervisionou as eleições em 1992, e a UNAVEM III supervisionou a desastrosa não-implantação dos Protocolos de Paz de Lusaka de 1994 e o regresso à guerra.

Em Setembro de 1993, o Conselho de Segurança das Nações Unidas impôs as primeiras sanções ao comércio de armas da UNITA. Estas foram largamente ignoradas. Em 1997, apenas seis meses depois da UNITA ter aderido ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, tornou-se evidente que era provável o reinício da guerra à larga escala. Foi imposto um segundo conjunto de sanções, desta vez relativamente aos voos para o território da UNITA e aos movimentos dos membros da UNITA.

Um terceiro conjunto de sanções, em Julho de 1998, foi imposto às finanças e comercialização de diamantes da UNITA. Estas foram as primeiras a produzir efeitos reais, e estabeleceram o palco para investigações por parte de painéis das Nações Unidas sobre a relação entre recursos naturais e guerras – mais especificamente em quatro países africanos – e para o estabelecimento do Processo Kimberley (consultar pág. 11). A ONG britânica Global Witness publicou “A Rough Trade” em Dezembro de 1998. Este relatório largamente publicitado sobre o uso de diamantes em Angola e pela UNITA para a guerra suscitou interesse mundial.



ENDIAMA, companhia mineira de estado em Luanda

e ocupou a maior parte dos campos de diamantes. Apenas uma mina formal gerida pelo governo continuou a trabalhar durante os três anos seguintes, apesar de outras conseguirem funcionar esporadicamente. Durante este período, a UNITA foi o principal produtor de diamantes de Angola, produzindo e contrabandeando até cerca de 90 por cento da produção total relatada. A produção e exportação do estado desceu para 28 milhões de dólares americanos em 1993, atingiu quase os 60 milhões de dólares americanos em 1994-1995 e só começou a aumentar novamente em 1996, quando estas atingiram os 147 milhões de dólares americanos, depois de a UNITA ter libertado áreas de mineração e de os Acordos de Paz de Lusaka terem começado a ser implementados.

O crescimento no sector formal aumentou lentamente, e várias minas novas iniciaram a sua produção regular e sobreviveram à guerra de 1998-2002, incluindo o "kimberlite" de Catoca e as minas de Luzamba (consultar páginas 4 e 5). No entanto, muitos projectos de mineração agendados pararam, declarando "force majeure", e projectos em funcionamento foram novamente atacados pela UNITA. A guerra e os efeitos de

mineração de garimpo não controlado resultantes de tantos anos de instabilidade mantiveram a indústria de diamantes de Angola a funcionar muito abaixo da sua capacidade.

Estrutura da indústria

O Ministério de Geologia e Minas

O Ministério de Geologia e Minas é responsável pela negociação de contratos para todos os direitos de mineração, tanto de diamantes como de não-diamantes; para assegurar a aplicação da Lei de Mineração e Minerais; e para o levantamento geológico. Todos os direitos minerais pertencem ao estado; todos os contratos, tanto para prospecção como para mineração, têm de ser aprovados pelo Conselho de Ministros e editados no jornal oficial, o Diário da República.

Os direitos de prospecção são atribuídos por cinco anos na primeira instância. No final deste período, 50 por cento da área tem de ser devolvida. O título de mineração, também negociado pelo ministério, pode ser concedido subsequentemente, e é para a duração da vida do depósito. Desde 2000, os direitos de mineração têm sido limitados a áreas de 3.000 km². As concessões anteriores abrangiam áreas maiores, mas as condições de segurança e a incapacidade de evitar a mineração ilegal levaram a esta redução. As empresas podem candidatar-se a mais do que uma concessão, mas na prática o resultado parece ser o crescimento de muitas joint ventures mais pequenas.

Os impostos sobre os direitos de superfície encontram-se entre 1 e 3 dólares americanos por hectare, por ano na primeira instância e de 3 dólares

americanos aquando de renovação da licença de prospecção. É pago um prémio na atribuição de direitos de mineração, com base no tamanho e valor do projecto. As "royalties" para empreendimentos de mineração encontram-se entre três e dez por cento do valor bruto dos minerais produzidos. Actualmente, a valor para minas de diamantes é de cinco por cento, com um imposto de seis por cento. O imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas é de 25 por cento sobre lucros líquidos de até 5 milhões de dólares americanos. Cinquenta por cento do capital de investimento pode ser amortizado no primeiro ano de operação e 25 por cento a partir desse período.

A Endiama e a Produção Oficial de Diamantes

Prevê-se a promulgação de nova legislação para os diamantes antes do final de 2004. No mínimo, prevê-se que a nova lei venha clarificar os papéis distintos da Endiama e do Ministério de Geologia e Minas. A indústria dos diamantes em Angola é uma mistura de interesses públicos e privados, com a empresa pública de diamantes Endiama (Empresa Nacional de Diamantes de Angola) como a empresa controladora da indústria de diamantes em Angola desde 1986. Actualmente, o estado, através da Endiama, é sócio em todos as joint ventures de diamantes, com a maioria de participação de 51 por cento em todos os empreendimentos "kimberlites" e detentor da maior participação em acções em todas as minas aluviais.

A Endiama é sócia nas oito minas que estão actualmente em funcionamento (consultar pág. 4), incluindo Catoca, e em todos os novos empreendimentos de mineração. Prevê-se que o rendimento bruto do sector venha a exceder mil milhões de dólares americanos em 2005, de uma estimativa de 900 milhões em 2004, de 800 milhões

Os intervenientes

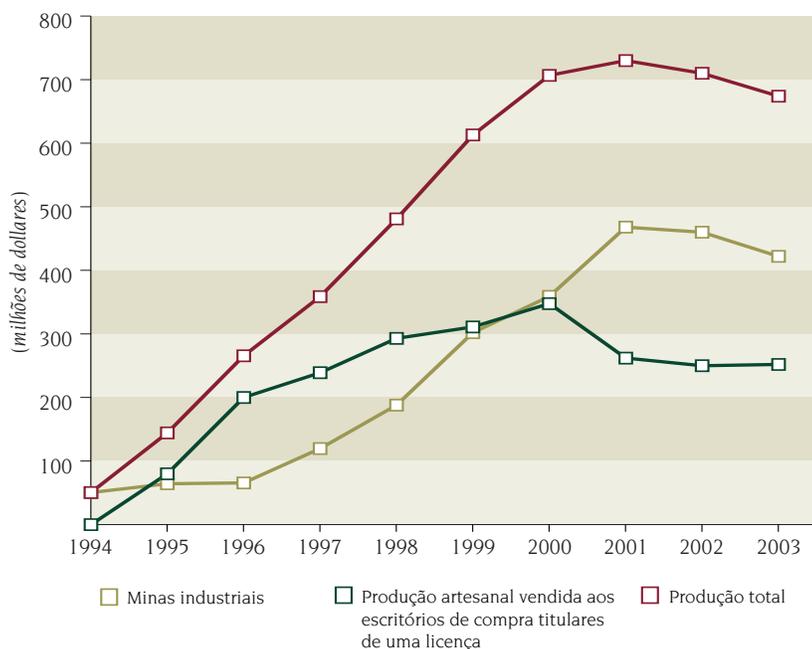
Em 1974, a empresa colonial portuguesa de diamantes, a **Diamang**, foi largamente nacionalizada e em 1986 foi substituída por uma nova empresa de mineração estatal, a **Endiama**. A lei dos diamantes de 1994 atribuiu à Endiama "os direitos exclusivos para prospecção, investigação, exploração, reconhecimento, processamento e comercialização de diamantes em todo o território nacional, ou a qualquer joint venture em que esta participe". Em 1999, no entanto, a Endiama transferiu os seus direitos de comercialização para uma subsidiária da Endiama a 99 por cento recentemente criada chamada Sociedade de Comercialização de Diamantes (**SODIAM**). A SODIAM, por sua vez, entrou numa joint venture para formar a ASCorp (um acrónimo para Angola Selling Organisation), na qual esta detinha 51 por cento. Os grupos **Lev Leviev** de Israel e **Sylvain Goldberg** da Bélgica perfaziam o equilíbrio. O contrato da ASCorp terminou em Julho de 2004, e a SODIAM irá agora comercializar a produção total de Angola.

Durante a década de 1990, a Endiama participou em várias joint ventures com diversas empresas de mineração internacionais. A mina de Catoca, um dos maiores "kimberlites" do mundo, é uma joint venture com as empresas **Alrosa** da Rússia, **Odebrecht** do Brasil e a **Daumonty Financing** com sede no Reino Unido, do grupo Leviev. Na sua vertente de comercialização, a

Endiama assinou um contrato com a **Central Selling Organisation (CSO)** de De Beers em 1991 para comprar diamantes do sector formal. Este acordo foi posteriormente suspenso. Em 1995, a Endiama participou em joint ventures para comprar diamantes aos mineiros locais com empresas internacionais como, por exemplo, a **Omega** (Bélgica), **Steinmetz** (Bélgica-Israel), **Arslanian Frères**, (Antuérpia) **Lazare Kaplan** (**Maurice Tempelman**, EUA) e **De Beers**. Quando os direitos de comercialização foram transferidos da Endiama para a ASCorp, estes compradores viram as suas licenças revogadas. Agora, novas empresas de compra do sector informal estão a ser novamente implementadas para substituir a ASCorp, com alguns dos principais intervenientes no sector alegadamente a negociarem já licenças de compra.

De Beers, que tem uma longa história de mineração em Angola e que participou numa joint venture em parceria com a Endiama durante a década de 1990 decidiu, em Maio de 2001, dirigir-se à arbitragem internacional relativamente aos seus três contratos, após a perda de todos os seus direitos de compra para a ASCorp e da redução das suas áreas de prospecção. Também em disputa se encontra o pagamento de um empréstimo de 50 milhões de dólares e respectivos juros acrescidos.

Produção Oficial de Diamantes de Angola 1994-2003



em 2003 e de cerca de 700 milhões em 2002. A Endiama detém uma participação de 51 por cento em todos os novos projectos de mineração de "kimberlite" e é o único maior accionista em todos os projectos aluviais.

Apesar da produção das joint ventures da Endiama ter vindo a aumentar de um modo regular, e se prever que assim continue, a próxima fase será o desenvolvimento dos tubos de "kimberlite" de Angola e a regularização de mineração artesanal. Os mineiros artesanais irão, em princípio, ser regulados pelas joint ventures em cujas orlas estes serão licenciados para operar. No entanto, actualmente não existe qualquer provisão para a formação dos pequenos mineiros ou para o fornecimento de equipamento de trabalho. Este é um papel que a Endiama poderia interpretar de modo útil. Ao fazê-lo, poderia melhorar as condições dos mineiros artesanais e quebrar o jugo do intermediário, que actualmente os abastece e compra os diamantes que estes produzem a preços artificialmente baixos.

A Endiama herdou a estrutura colonial da Diamang, com uma responsabilidade principal, e bastante dispendiosa, pela manutenção das instalações nas regiões de diamantes. Durante os meados da década de 1990, muitas das instalações da Endiama em Lundas foram transferidas para Luanda, incluindo o hospital da empresa e os seus restantes arquivos. As cidades mineiras de Lucapa, Nzaji, Dundo e Saurimo deterioraram-se ao longo de um período prolongado. Como acontece em todas as cidades de Angola, as instalações construídas

para os colonizadores não foram alargadas de modo a responder às necessidades das populações locais. As cidades foram simplesmente alargadas para bairros de lata à medida que as pessoas eram atraídas para estas.

A Endiama e as suas empresas associadas são os maiores empregadores directos nas regiões de mineração e são os principais fornecedores de infra-estruturas nas províncias de Lunda, uma vez que grande parte destas são directamente utilizadas para o suporte da mineração de diamantes. Os baixos ordenados e as más condições de muitos dos trabalhadores conduziram, no entanto, a greves em Lundas. A própria Endiama emprega cerca de 10.000 pessoas em Luanda e nas províncias. As *joint ventures* empregam mais vários milhares, apesar de trabalhadores expatriados se concentrarem nos níveis mais elevados de gestão e de competência técnica. A Endiama, enquanto principal accionista, tem funcionários em todos os empreendimentos de mineração.

As empresas de mineração disponibilizam formação aos seus trabalhadores, incluindo alfabetização. Contudo, muito trabalho encontra-se entre o nível semi-especializado e especializado, e os baixos níveis de educação, ou por vezes inexistentes em Lundas, significam que é necessário realizar um investimento considerável em formação para aumentar o emprego entre as populações locais, cujas alternativas são a agricultura ou a mineração de "garimpo" artesanal.

Projectos de mineração e empresas internacionais

As grandes empresas de mineração sempre se sentiram atraídas por Angola enquanto fonte de diamantes. Mas os ataques e a constante instabilidade dos projectos de exploração mineira provocada pela UNITA conduziram a longos atrasos no desenvolvimento. A guerra não só conduziu a motivos de "force majeure" como também ao aumento massivo dos custos. Todos os bens e materiais para a mineração tiveram de ser transportados por ar; as estradas não eram seguras ou então eram intransponíveis.

Apesar de cerca de 40 empresas de prospecção e de mineração terem sido publicadas em Diário Público entre 1995 e 1999, apenas oito projectos de mineração se encontram actualmente em funcionamento. Muitos projectos anteriores não se desenvolveram de todo. Muitos tiveram de parar devido à actividade da UNITA, enquanto outros nunca foram viáveis desde o início. Actualmente, os principais intervenientes no panorama internacional são o grupo de diamantes russo Alrosa, a Odebrecht Mining Services Inc. brasileira, a TransHex e a Petra Diamonds sul-africanas, e a ITM Mining Ltd. registada nas Bermudas, que opera unicamente em Angola.

O Tubo de Catoca

A Alrosa – *Almazny-Rossii-Sakhya* –, a empresa de mineração de diamantes pública russa que opera as minas siberianas, é um dos quatro accionistas na "kimberlite" de Catoca, o quarto maior tubo em área de superfície. Catoca situa-se perto de Saurimo, em Lunda Sul. O projecto ficou inicialmente parado no final da década de 1980, e o tubo foi investigado pela Alrosa. A ocupação da área por parte da UNITA tornou quaisquer desenvolvimentos posteriores inviáveis até 1996.

Tanto a Alrosa como a Endiama possuem uma participação de 9,6 milhões de dólares americanos (32 por cento); a Odebrecht Mining Services tem um investimento de 4,8 milhões (16,4 por cento). Em Abril de 1997, o grupo Lev Leviev (consultar pág. 7) tornou-se sócia, disponibilizando os 25 milhões de dólares americanos adicionais necessários para completar a mina.

Catoca produziu 1,2 milhões de quilates em 1998, o seu primeiro ano completo de funcionamento. A mina é a única maior produtora de diamantes em Angola, apesar de a 75 dólares americanos o quilate, os seus diamantes encontram-se nos últimos lugares do mercado e estão vulneráveis ao caprichos do mercado em massa. Em 2003 a mina produziu cerca de 2,5 milhões de quilates no valor de 189 milhões de dólares americanos e Catoca está a iniciar uma

segunda fase que irá duplicar a sua capacidade para 7,5 milhões de toneladas de minério até meados de 2005. Estima-se que Catoca, que actualmente fornece cerca de 20 por cento da produção de diamantes de Angola, venha a ter uma vida de 40 anos, e a segunda fase irá produzir até cinco milhões de quilates anualmente, num valor calculado em 375 milhões de dólares americanos por ano, em comparação com Orapa no Botsuana.

Luo e Chimbongo

A Alrosa é também sócia em duas outras minas: o Projecto Luo e o Projecto Chimbongo com a ESCOM Mining e outras empresas. O Chimbongo é um projecto aluvial de tamanho médio situado perto de Nzaji, em Lunda Norte. Este encontra-se em funcionamento há cerca de 18 meses e produz 7.000 quilates por mês. Está a ser instalada uma nova fábrica de processamento para aumentar a produção para 15.000 quilates até ao final de 2004. Mais significativo é o desenvolvimento de dois tubos de "kimberlite", Camagico e Camatchia, para os quais a Alrosa é o parceiro técnico. Estes estavam anteriormente atribuídos à DiamondWorks, a qual não os desenvolveu e que actualmente não está a actuar em Angola (consultar pág. 6). A fábrica encontra-se em construção e prevê-se que comece a funcionar em Dezembro. A mina irá processar um milhão de toneladas de minério por ano, produzindo até cerca de 800.000 quilates anualmente. Até 2007, prevê-se que seja possível processar até cerca de quatro milhões de toneladas de material por ano.

Cuango – SDM

A Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) encontra-se sediada em Luzamba, no vale do Cuango, e é uma *joint venture* entre a Endiama e a Odebrecht Mining Services Inc. (OMSI), a subsidiária de mineração do gigante conglomerado brasileiro Construtora Norberto Odebrecht S.A., o qual é

também é accionista em Catoca. O novo desenvolvimento das minas de Luzamba rondará um custo de 130 milhões de dólares americanos. A Odebrecht anunciou em Janeiro de 2003 que iria retirar-se das suas operações de mineração em Angola, mas desde então decidiu ficar, para aumentar a sua participação em Catoca e para procurar novos projectos para a SDM.

A Odebrecht iniciou a mineração do então Projecto Luzamba em meados de 1991, enquanto concessionária de exploração para a Endiama. O investimento de 50 milhões de dólares americanos para a aquisição da fábrica e de equipamento e para o desenvolvimento da mina é proveniente de um empréstimo feito por De Beers à Endiama (consultar pág. 6). Era suposto De Beers comprar todos os diamantes produzidos nas minas de Cuango, Luzamba e nas minas do Cafunfo, 50 km a norte de Luzamba. Nessa altura, os diamantes do Cuango representavam 80 por cento da produção de Angola – num valor aproximado de 185 milhões de dólares americanos por ano. O projecto esteve em funcionamento durante apenas 15 meses até que a UNITA se apoderou da região e iniciou as suas próprias operações de mineração de diamantes de larga escala.

Actualmente, Luzamba é a única operação de mineração aluvial formal a produzir diamantes na região do Cuango. A restante produção de diamantes é proveniente de mineração artesanal, apesar de estar prevista a entrada em funcionamento de novos projectos à escala industrial. A SDM produziu 177 milhões de dólares americanos de diamantes em 2003, mas a sua concessão actual está prevista para terminar em 2004.

BHP e Petra Diamonds

A BHP Billiton, o grupo gigante dos recursos naturais que explora os tubos Ekati no Canadá, é um interveniente relativamente novo em Angola. Apesar da BHP ter um escritório em Luanda há já vários



Fábrica de Catoca

anos, esta avançou cautelosamente, trabalhando inicialmente num projecto de aumento de capacidade técnica para informatização de dados no Ministério de Geologia e Minas. A BHP assinou recentemente um contrato preliminar de seis meses com a Petra Diamonds Ltd. e com os parceiros angolanos da Endiama e Moyoweno Lda., para negociar termos para prospecção em Alto Cuilo.

A Petra é uma empresa sul-africana de mineração que fazia parte do consórcio que geria as minas estatais Alexcor na África do Sul. A *joint venture* entre a Petra, Endiama e Moyoweno foi originalmente acordada em 1998, mas o projecto foi suspenso até 2003 como resultado da insegurança verificada na altura. Originalmente foi planeado realizar-se uma mineração aluvial a curto e médio prazo para custear o desenvolvimento do "kimberlite", mas esta situação poderá actualmente já não ser viável.

Trans Hex – Luarica e Fucauma

A Trans Hex, uma empresa de mineração sul-africana, é a segunda maior produtora de diamantes na África do Sul após o grupo De Beers, realizando a mineração de cerca de oito por cento das pedras preciosas do país. A Trans Hex, que declarou motivos de "*force majeure*" no seu projecto em 1998,

Empresas Angolanas de Mineração

Existe uma forte política de angolanização da indústria dos diamantes, de modo a que nenhuma empresa estrangeira possa dominar o panorama do sector. O papel das *joint ventures* estrangeiras é o de trazer consigo investimento e experiência em mineração. Para além da Endiama, cerca de 17 empresas angolanas detêm actualmente concessões de mineração, e prevê-se que todos os novos projectos venham a ter alguma participação maioritária angolana privada. A Endiama declarou em Janeiro de 2004 que aprovou 14 novas propostas de prospecção, todas elas envolvendo investimento estrangeiro – de um número espectacular de cerca de 17.000 propostas. Nem todos estes empreendimentos haviam sido anunciados publicamente por altura da elaboração deste relatório, e nem todos irão resultar em projectos de mineração. Muitos serão *joint ventures* que suspenderam a sua actividade em 1998 e que agora estão, ou estiveram a renegociar, novos contratos.

Com o auxílio da ESCOM, a Endiama planeia desenvolver a sua própria capacidade de mineração, tendo estabelecido uma subsidiária adicional, a Endiama Prospecting and Production, como meio de obtenção deste objectivo. A ESCOM foi criada para disponibilizar investimento de mineração em Angola pelo grupo bancário português, Grupo Espírito Santo.

A depreciação de reservas aluviais significa que os projectos aluviais a média e grande escala irão desempenhar um papel reduzido no futuro da mineração em Angola. Actualmente pensa-se que os graus são demasiado baixos para suportar esta escala de mineração a longo prazo e o desenvolvimento há já muito adiado de projectos de "kimberlite" é agora a prioridade.

regressou a Angola em 2002, assinando novos acordos com a Endiama para dois projectos aluviais, em Luarica e Fucauma. O Projecto Luarica tem uma esperança de vida de seis anos e requer um investimento de cerca de 15 milhões de dólares americanos. As reservas estão calculadas em 790.000 quilates, avaliadas em 170 milhões de dólares americanos. A produção começou em Abril de 2003 e a Trans Hex vendeu os seus primeiros diamantes do projecto em Julho de 2003 – 20.000 quilates, a uma média de mais de 300 dólares americanos por quilate.

O projecto Fucauma tem uma esperança de vida de quatro anos. O investimento inicial foi calculado em 11 milhões de dólares americanos, e o rendimento calculado ronda os 70 milhões de dólares americanos. A Trans Hex tem uma participação de 32 por cento, a Endiama detém uma participação de 38 por cento, e os restantes 30 por cento são detidos por outras empresas angolanas. No entanto, o desenvolvimento do Projecto Fucauma ainda não começou e a produção parou em Luarica visto que, segundo a Endiama, a Trans Hex não havia colocado o equipamento necessário. Os problemas foram alegadamente resolvidos em meados de 2004, com a mineração prevista para recomeçar em Luarica e para ter início em Fucauma mais para o fim do ano.

SML – Sociedade Mineira de Lucapa

A SML é uma *joint venture* entre a Endiama (51 por cento) e um resquício da Diamang portuguesa, a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), formada em 1991 e sediada na cidade mineira de Lucapa. Este foi o único projecto mineiro que permaneceu aberto durante o período após 1992, em grande parte devido ao facto de Lucapa ser o local principal para estacionamento das Forças Armadas Angolanas (FAA). Ainda assim, o pessoal mineiro foi morto em ataques da UNITA e a produção era baixa. A SML tem participações em quatro projectos de mineração aluviais, Lucapa, Mafuto Norte, Calonda e Yetwene, na exploração mineira de gravilhas e construção de desvios de rios.

A SPE era o único interesse português formal em diamantes em Angola até à ESCOM Mining (consultar pág. 5) ter sido criada para disponibilizar as finanças para mineração. Portugal tem aguardado por um papel de destaque na mineração de diamantes em Angola e criou uma *joint venture* em Portugal com o grupo De Beers, a DIAGAL. A DIAGAL comprou diamantes angolanos contrabandeados no mercado aberto em Lisboa. Os nacionais portugueses continuaram a contrabandear diamantes para fora de Angola, mas a empresa de compra juntamente com uma *joint venture* de lapidação, a DIALAP, foi encerrada em 1999. A fábrica de lapidação é actualmente propriedade integral do grupo De Beers.

Chitotolo

As minas em Nzaji têm funcionado desde 1998 tendo a Associação Chitotolo Sociedade Mineira de Lumanhe (15 por cento), ITM Mining (50 por cento) e Endiama (35 por cento) como accionistas. O projecto exigiu um investimento inicial de 15 milhões de dólares americanos, para tratar novamente antigos depósitos de refugo e para a prospecção de reservas aluviais. Actualmente, é a terceira maior produtora de diamantes em Angola. Antes da formação da Chitotolo, o Projecto Penz da Endiama realizava a sua mineração em Nzaji, ainda que de modo intermitente, uma vez que a região foi o corredor da UNITA desde 1992 e do facto de as minas terem mudado de mão várias vezes. Esta área foi explorada pelos congolezes a pedido da UNITA, e as suas reservas foram alvo de forte depleção como consequência disto.

ITM Mining

A ITM (Bermudas) Ltd. era uma subsidiária da empresa britânica, ITM Mining Ltd., até 1994. A mesma é agora uma empresa contratante de mineração baseada em Angola, constituída por funcionários que trabalharam anteriormente com a MATS e Roan Selection Trust, e que detém longa experiência na mineração de diamantes em Angola. A ITM deixou de trabalhar directamente com a SML em Lucapa em 1999, em parte, devido a condições de segurança inadequadas. A ITM é agora a principal parceira das empresas de mineração propriedade de anteriores ou actuais generais das FAA, incluindo a Lumanhe Ltd., a mais pequena accionista em Calonda e Chitotolo.

Projectos em perspectiva

Camutue: um projecto “kimberlite” e aluvial de dimensão média, com uma produção prevista na ordem de 5.000 quilates por mês a cerca de 200 dólares americanos por quilate. Uma empresa angolana, a Terraminas, detém os direitos de exploração e está em busca de parceiros;

O Tubo Camafuca Camazomba: com 160 hectares, é o maior tubo de “kimberlite” do mundo em área de superfície, com reservas de 23 milhões de quilates. A empresa canadiana Southern Era Resources, realizou um estudo de viabilidade em 2000 e esperava iniciar a exploração em 2003 em parceria com a Endiama, Minex (Israel) e Comica (Angola). Na altura da elaboração deste relatório, ainda se aguardava a autorização para a criação da empresa angolana que iria operar a mina.

O Projecto Lapi: perto de Catoca, Lapi será alvo de exploração pela empresa australiana New Millennium Resources em conjunto com três

parceiros: Angola Resources Pty. Ltd./New Millennium Resources, uma empresa angolana, a Mombo Lda. e a Endiama, a qual tem uma participação de 51 por cento.

Adastra: a Adastra, anteriormente America Mineral Fields, recebeu a atribuição de duas concessões aluviais na região norte de Cuango em 2000, através da sua subsidiária angolana que detém totalmente, a IDAS (International Defence and Security Resources) Mining Resources Inc., em parceria com a Endiama. Os contratos ainda têm de ser finalizados. A IDAS era originalmente uma empresa de segurança belga.

DiamondWorks: o interesse contínuo conhecido da DiamondWorks é na mina de Yetwene. Yetwene foi fechada em Novembro de 1998 na consequência de um ataque da UNITA que terminou com o rapto e a morte quase certa de mineiros e de técnicos. Em 2000, a DiamondWorks interrompeu os pagamentos às viúvas e filhos, devido à falta de uma prova de falecimento. Nenhuma resolução foi ainda anunciada. Os dois tubos de “kimberlite”, Camatchia e Camagico, foram reatribuídos ao Projecto Luo, e Luarica foi transferida para a Trans Hex. Em Maio de 2004, a DiamondWorks mudou o seu nome para Energem Resources Inc.

De Beers

O grupo De Beers tem uma longa história em Angola enquanto principal accionista e concessionário de exploração da Diamang, e enquanto concessionário de exploração e comprador dos diamantes de Angola até 1985, altura em que as relações com o governo se deterioraram. Em 1991, depois dos primeiros acordos de paz terem sido assinados, o grupo De Beers e a Endiama assinaram um novo contrato. As relações deterioraram-se novamente em 2000, no entanto, conduzindo por fim à procura por parte do grupo De Beers de arbitragem internacional relativamente aos seus contratos.

Os contratos previam:

- Compra pela Central Selling Organisation (CSO) de De Beers de todos os diamantes produzidos no vale de Cuando (na altura 80 por cento da produção de diamantes de Angola). O grupo De Beers efectuou um empréstimo de 50 milhões de dólares americanos à Endiama, os quais a mesma utilizou para desenvolver as minas em Luzamba. Este empréstimo deveria ser pago com as receitas dos diamantes vendidos à CSO;
- Investimento de 50 milhões de dólares americanos em prospecção para novas “kimberlites” e no desenvolvimento de quaisquer minas resultantes enquanto *joint venture* entre as duas empresas;

- Investimento de 30 milhões de dólares americanos na construção de um centro de classificação em Luanda;
- Adicionalmente, em 1995, o grupo De Beers criou uma operação de compra de mercado aberto em Angola com a Steinmetz e a Endiama (CODIAM).

O contrato de prospecção de De Beers abrangia três áreas: Lunda Norte, Quela na Província Malanje e Mavinga na Província Cuando-Cubango. As últimas duas foram ocupadas pela UNITA até Setembro de 2001, altura em que estas foram declaradas livres de "force majeure". A prospecção de "kimberlites" em Lunda Norte começou em 1996 e foi bem sucedida, no entanto, com a De Beers a descobrir 45 novos tubos de "kimberlites" até ao princípio de 1999. Mas a amostragem a grande escala dos tubos, a qual teria envolvido a introdução de uma nova instalação de perfuração, não ocorreu devido à suspensão do contrato de compra do grupo De Beers e da redução das suas áreas de prospecção e de mineração para 3.000 km² em Janeiro de 2000.²

O contrato da CSO para comprar a produção de Cuango decorreu inicialmente até Outubro de 1992, quando a UNITA ocupou as minas e o contrato foi suspenso por motivos de "force majeure". O contrato continuou suspenso até 1998, quando ocorreu a retirada da UNITA das minas e a SDM iniciou a produção oficial. O grupo De Beers comprou também produção informal de áreas ocupadas pelas FAA do Cuango em 1995 através da *joint venture* CODIAM. O grupo De Beers retirou os seus funcionários de compra de Angola em Outubro de 1999, e terminou todas as acções de compra em mercado aberto em África em resposta ao perfil de aumento de diamantes de conflito. A empresa, no entanto, manteve as suas acções e papel gestor na CODIAM. A CODIAM foi encerrada e o contrato com a CSO suspenso no início de 2000, quando, ao devido a pressão das Nações Unidas para implementar melhores controlos, Angola instituiu o seu sistema de compra em mercado único da ASCorp.

Em 2001, o grupo De Beers iniciou os procedimentos de arbitragem internacional em três dos seus contratos com a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e o Tribunal de Arbitragem Internacional de Londres. Uma moratória sobre a arbitragem, segundo os relatos existentes, terminou em Abril de 2003, quando as conversações entre os dois lados falharam.³ O primeiro caso de arbitragem, relativamente à restituição dos direitos de prospecção ao grupo De Beers foi escutado no Brasil em Setembro de 2003. A arbitragem, segundo os relatos existentes, terminou por motivos técnicos, sem uma decisão ou adjudicação apresentada sobre se os direitos de prospecção do grupo De Beers deveriam ou não ser restaurados ao seu tamanho original.

A Endiama declarou que o grupo De Beers foi obrigado a pagar 60 por cento das despesas e considerou o caso uma vitória. O grupo De Beers negou que tivesse perdido o caso e afirmou que considera os seus direitos de prospecção subjacentes como não tendo sido afectados.⁴ As duas outras adjudicações – relativamente ao pagamento do empréstimo de 50 milhões de dólares americanos e juros acrescidos de mais de 32 milhões de dólares americanos e sobre o contrato de De Beers para comprar diamantes de Angola – ainda não foram escutadas. Os resultados das arbitragens irão determinar a futura relação entre o grupo De Beers e Angola.

Mineração artesanal

A mineração artesanal ou de garimpo não viria a ser a principal fonte de produção de diamantes angolana até ao início da década de 1990. A mineração artesanal é realizada através de escavação manual e da peneiração de gravilhas. Na

prática, grande parte desta produção actualmente não é realmente artesanal; é semi-industrial, realizada com a utilização de pequenos barcos e equipamento de mergulho.

Actualmente, este sector produz pouco mais de um terço da produção de diamantes oficial de Angola. A ASCorp comprou diamantes no valor de 252 milhões de dólares americanos a este sector em 2003. A mineração de garimpo também tem sido o vector para o contrabando de diamantes. Não existem estimativas actuais para esta situação, mas as fontes do mercado de diamantes acreditam que Angola tem produzido na casa de mil milhões de dólares americanos por ano desde meados da década de 1990. Actualmente este número provavelmente encontra-se em declínio devido à exaustão de reservas aluviais por causa de anos de escavação não controlada. O contrabando irá decair ainda mais se o governo for capaz de controlar este sector.

A mineração de garimpo não controlada expandiu-se por três razões: a destruição e encerramento do sector formal devido à guerra;

Leviathan

O grupo Lev Leviev, actualmente o principal comprador da produção de diamantes angolanos, dirige a segunda maior actividade de diamantes no mundo após o grupo De Beers. Lev Leviev não tem ainda sequer 50 anos. A empresa de diamantes do grupo Leviev, a LLD, é considerada como sendo uma das maiores polidoras de diamantes no mundo, polindo entre 570 milhões e mil milhões de dólares americanos por ano. O grupo Leviev também comercializa diamantes em bruto, num valor calculado em mais de mil milhões de dólares americanos por ano. O volume de negócios total da empresa está calculado em algo entre 2 e 2,5 mil milhões de dólares americanos.

O primeiro empreendimento de negócios de Leviev em Angola foi uma parceria no tubo de "kimberlite" de Catoca, com início em Abril de 1997. Este foi o parceiro de escolha da Alrosa visto que a empresa russa – em apuros financeiros – necessitava de um comprador para a produção da mina, para a qual a Alrosa tinha um contrato de compra. Entre 1997 e 2003, a mina produziu diamantes no valor de quase 910 milhões de dólares americanos. A Angola Selling Corporation (ASCorp) foi criada em Novembro de 1999, mas o seu anúncio público só foi publicado em Janeiro de 2000. No período intermédio, Angola foi submetida a pressão política por parte da Rússia para começar a canalizar diamantes directamente através da Alrosa. Leviev investiu também no gigante tubo Camafuca-Camazomba e noutros locais. O grupo Leviev também tem interesses de mineração de diamantes na Namíbia e na Rússia. O grupo tem também fábricas na Rússia, onde

possui uma quota considerável no mercado de polimento, assim como na Ucrânia, Arménia, China, África do Sul, Namíbia e Israel.

Leviev envolveu-se em controvérsia em 2000 quando o bilionário industrialista russo Arkady Gaydamak adquiriu uma participação de 15 por cento na Africa Israel Investments do grupo Leviev. Gaydamak, segundo os relatos existentes, comprou a dívida de 5 a 6 mil milhões de dólares americanos de Angola à Rússia em 1998 e serviu de intermediário, conseguindo a redução da mesma até 1,5 mil milhões, a ser paga em 31 prestações ao longo de 10 anos. Gaydamak supostamente também serviu de intermediário – em fornecimentos de armas para o governo de Angola através de intermediários franceses quando a guerra de 1992-4 se encontrava no seu auge e em que a UNITA se tinha rearmado. Este aprovisionamento foi investigado em termos de legalidade ao abrigo da lei francesa. Adicionalmente, investigações suíças presumivelmente encontraram provas de desvios maciços de pagamentos de dívidas destinados à Rússia para contas privadas detidas por nacionais russos e angolanos. Gaydamak supostamente terá regressado a Moscovo em Fevereiro de 2004, para participar em novas negociações relativas à dívida ainda por pagar de Angola ao governo russo.⁵

Não existem quaisquer alegações de que Leviev tenha estado envolvido nos negócios de armas ou na replanificação das dívidas, mas a sua associação de negócios com Gaydamak recebeu muita publicidade negativa. Em 2001, Leviev, segundo os relatos existentes, comprou a participação de Gaydamak na Africa-Israel por 75 milhões de dólares americanos.



Plataforma de mergulho

uma perda das áreas de exploração mineira para a UNITA – que trouxe consigo muitos dos mineiros ilegais para trabalharem nas suas próprias minas, e a incapacidade do governo de reforçar controlos administrativos sobre as regiões de diamantes instáveis. Apesar das actividades de garimpo existirem na década de 1980, a mineração ilegal era realizada a uma escala muito mais reduzida, provavelmente num valor inferior a 100 milhões por ano, incluindo o contrabando por parte da UNITA.

Em 1991 a mineração artesanal e a posse de diamantes por nacionais angolanos foi legalizada e foram assinados acordos de paz. Como resultado, existiu um afluxo de, pelo menos, 50.000 mineiros ilegais para as províncias de diamantes de Lunda, com um valor na casa dos 500 milhões de dólares americanos em diamantes angolanos contrabandeados a inundar os mercados abertos e a contribuir para uma crise financeira de relevo para o grupo De Beers.

Em Outubro de 1994, foi aprovada uma nova Lei de Diamantes⁶, revogando a lei de 1991, a qual havia conduzido ao caos nas áreas de mineração de diamantes. Foi tomada a decisão de permitir a continuação da mineração artesanal, mas para integrar a mineração e venda ilegal no sistema, com o decorrer do tempo. Ao abrigo desta lei, existe um quadro para a mineração artesanal mediante uma licença em zonas de protecção especial, permitindo o acesso a depósitos que não são comercialmente viáveis para empresas à escala industrial. Foram atribuídas licenças pela empresa pública dos diamantes, a Endiama. As empresas de mineração foram legalmente responsáveis pelo “policimento” dos mineiros artesanais que trabalhavam nas orlas das suas concessões, e pelo afastamento de mineiros ilegais das áreas das suas concessões. Se capturados, estes eram entregues à Polícia Nacional, que segundo os relatos existentes, os libertava frequentemente mediante um pagamento de 50 dólares americanos.

Apenas residentes locais que habitem nas áreas de diamantes há pelo menos cinco anos têm o direito de se tornar mineiros artesanais. Uma licença concede-lhes o direito de trabalhar em

grupos de até cinco pessoas, apesar de apenas uma pequena porção dos garimpeiros em Angola estarem realmente licenciados. Esta disposição irá permanecer como a base para a mineração artesanal ao abrigo da nova lei, com mineiros a trabalharem na extremidade das concessões das empresas. No entanto, está previsto que existirão apenas pequenos números de mineiros artesanais licenciados, e que outros serão empregados pelas empresas de mineração.

Independentemente das suas origens e afiliações, para os mineiros os diamantes são uma fuga à pobreza e desemprego e a fuga de uma vida de agricultura de subsistência. Todos procuram por aquela pedra grande que lhes irá fazer a fortuna. Mas esta forma de mineração é, na realidade, uma forma de semi-escravidão, quer os mineiros escavem poços ou mergulhem em plataformas sem solidez e de barcos de borracha para os rios. Se os seus patrocinadores forem bem capitalizados, estes terão o equipamento de mergulho adequado. Caso contrário, um tubo de ar é tudo o que têm à medida que mergulham para encontrar orifícios que possam conter diamantes – “caixas de jóias” – nos leitos rochosos dos rios.

Os mineiros encontram-se num sistema de servidão com o sistema de patrocinador – um acordo de “apoio” ou intermediário. Os patrocinadores, que são na sua grande maioria da África Ocidental, financiam as suas operações de mineração e de compra, disponibilizam equipamento de mineração, e por vezes comida, fornecimento de medicamentos e outros materiais de primeira necessidade. Na volta, estes compram ou trocam bens pelos diamantes. Através deste sistema os mineiros obtêm talvez cinco ou dez por cento do valor dos diamantes que escavam. Os mineiros podem receber 50 dólares americanos por uma pedra – um preço bem abaixo do valor de mercado – e depois 40 dólares americanos serão deduzidos como pagamento relativo a equipamento e bens a preços excessivamente elevados. É o equivalente local da “loja da empresa”, enredando os trabalhadores numa constante rede de dívidas. É também ilegal; ao abrigo da lei angolana, o patrocinador deveria pagar ao mineiro 50 por cento do valor dos diamantes.

Dados os relatórios de cerca de 400.000 garimpeiros em Angola e dos 252 milhões de dólares americanos de diamantes de produção artesanal comprados pela ASCorp em 2003, cada mineiro deveria em média ter auferido de um rendimento de 351 dólares americanos se o patrocinador pagasse as quantias legalmente impostas. O rendimento nacional bruto per capita de Angola está calculado pelo Banco Mundial em cerca de 650 dólares americanos per capita, um número inflacionado pelos recursos de petróleo e diamantes do país. Segundo um cálculo, cerca de 35 por cento da população, no entanto, vive

com menos de um dólar por dia, aproximadamente o que o mineiro comum poderia receber se fosse tratado com justiça. Por outras palavras, preços justos – quase nunca gozados pelos mineiros – resultaram numa vida de absoluta pobreza para a grande maioria dos mineiros.

É claro que a mineração artesanal de acordo com o modo como esta funciona em Angola traz poucas vantagens económicas para as comunidades locais. Esta, na realidade, ajuda a aumentar a pobreza através da deflação de preços de diamantes e de preços de “loja de empresa” para comida e equipamento. Adicionalmente, grande parte da mineração artesanal e grande parte da comercialização tem lugar em sistemas que excluem largamente os indivíduos locais, cujo principal meio de sobrevivência é a agricultura de subsistência.

Apesar de 10 por cento dos impostos dos diamantes serem remetidos para Lundas para efeitos de desenvolvimento – cerca de 7 milhões de dólares americanos por ano desde 2000 – esta quantia não chegou ao nível mais baixo da cadeia de um modo significativo, e ainda não se observou qualquer investimento de relevo nas infra-estruturas sociais da região. Os representantes locais queixaram-se sobre uma falta de acesso a dados sobre mineração e sobre aquilo que consideram um rendimento de “royalties” insuficiente provenientes dos empreendimentos de mineração. O analfabetismo em áreas rurais é muito elevado e uma geração de adolescentes cresceu sem qualquer educação ou formação, excepto na economia de casino de mineração ilegal.

Nas províncias de Lunda, o Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA) identificou quase 100.000 pessoas deslocadas internamente e calculou que mais cerca de 300.000 na região tenham sido deslocadas pelo conflito em 2001.



Devastação Ambiental

Expulsão de mineiros Congolese

A expulsão de dezenas de milhares de mineiros congoleses de Angola criou uma crise de refugiados e trouxe consigo questões relativas a mineração ilegal para a ribalta, à medida que o governo começou a aplicar uma solução militar para os problemas de mineração ilegal. Calcula-se que existiram entre 270.000 e 400.000 mineiros ilegais em Angola durante os últimos 12 anos, em que, pelo menos 80 por cento, eram de nacionalidade congolesa. Os números aumentaram, após o fim da guerra em 2002. Em Dezembro de 2003, as Forças Armadas Angolanas (FAA), em conjunto com a Polícia e os Serviços de Imigração, foram ordenados a expulsar residentes ilegais com base em ameaças de segurança nacional e integridade do território.

As condições da expulsão resultaram numa crise de refugiados na RDC, e em relações tensas entre esse país e Angola. As primeiras grandes ondas de cerca de 25.000 mineiros congoleses ilegais foram expulsas em 2003, seguidas por outra de 10.000 mineiros em Fevereiro de 2004.⁷ Em Abril, o Escritório de Coordenação para os Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA), relatou a chegada de 68.000 congoleses exaustos às províncias fronteiriças da RDC de Bandundu, Kasai Ocidental, Kasai Oriental e Katanga. Os cálculos sugerem que cerca de 100.000 mineiros ilegais foram expulsos de Angola até meados de 2004, menos de um terço do total calculado.

Agências das Nações Unidas, a Human Rights Watch e a *Médecins sans Frontières* tornaram públicas as suas preocupações acerca de abusos relatados por mineiros expulsos, incluindo violações, buscas em cavidades corporais em ambos os sexos à procura de diamantes escondidos, e brutalidade generalizada. Um grupo de direitos humanos, a *Voix des Sans Voix*, ou *Voz dos Sem Voz* (VOV), deu o alarme relativamente a alegados abusos pouco após terem sido efectuadas as primeiras grandes expulsões. A VOV relatou que as tropas e civis angolanos haviam sujeito muitos dos congoleses a espancamentos e ameaças de morte.

Os protestos do governo da RDC levaram a um acordo entre os dois países de que as expulsões seriam levadas a cabo de um modo mais coordenado e menos repressivo, apesar de o governo de Angola ter tornado bem claro que as expulsões irão continuar, Angola reconheceu a brutalidade militar. "Estes excessos provocaram repercussões nocivas, as quais lamentamos, e pelas quais oferecemos uma desculpa pública", declarou o Ministro do Interior de Angola Osvaldo Serra Van-Dunem.⁸ Uma das repercussões foi a escassez desesperada de comida para os refugiados angolanos que regressavam para

a Província de Malanje, incapazes de aceder a mercados mesmo do outro lado da fronteira na RDC. Em Junho, o Programa Mundial Alimentar (WFP) afirmou que a repatriação forçada por parte do governo de Angola de nacionais congoleses havia criado uma hostilidade para com os angolanos que dependiam de mercados congoleses para adquirir comida e outros artigos necessários. Segundos os cálculos do WFP, cerca de 17.000 angolanos foram afectados por esta situação.⁹

Empresas de mineração e responsabilidade social

Todas as empresas de mineração são obrigadas pelos seus contratos com a Endiama a realizar projectos sociais, e na ausência de investimento público directo e de desenvolvimento em áreas de diamantes, estas tendem a ser as principais fornecedoras de quaisquer infra-estruturas. Todas as cidades nas províncias de Lunda, tais como, por exemplo, Lucapa e Dundo, foram construídas originalmente como centros de mineração de diamantes. Actualmente, no entanto, grande parte das antigas infra-estruturas – estradas e pontes mais precisamente – já foram destruídas várias vezes. Os hospitais estão em muito péssimas condições. A perda de rendimento por parte da Endiama através do encerramento de projectos de mineração devido à guerra foi considerável. A questão que se coloca agora é quanto do rendimento do aumento da mineração será investido em Lundas, em vez de na capital, Luanda.

Os projectos sociais geralmente envolvem produção agrícola que também fornece bens alimentares para as minas, alfabetização, capacidade técnica, formação para emprego e postos de saúde. Na mina de Catoca, a gestão reconheceu que inicialmente existia um mau sentimento na área devido ao facto das pessoas locais terem sido expropriadas. A gestão da mina melhorou as relações com os *sobas* (chefes locais), iniciou a construção de uma escola e de um centro médico, trabalhou com a igreja local para desenvolver projectos agrícolas e está a implementar um centro de formação para trabalhadores locais, de modo a que estes possam ser empregados na mina, que inicialmente havia criado 1.100 postos de trabalho. Apesar deste tipo de projectos melhorar as condições para as comunidades imediatas, estas não são suficientes por si só para compensar a ausência geral de desenvolvimento social na região.

Questões ambientais

A mineração, pela sua própria natureza, altera de modo significativo o relevo paisagístico. A mineração de diamantes é uma operação de movimentação de terras à larga escala – pelo menos uma tonelada de material é geralmente movida para que seja recuperado menos de um quilate. O material removido é guardado em depósitos de desperdícios. A mineração de diamantes é também extremamente intensiva na utilização de água, uma vez que a água é utilizada para lavar as gravilhas finais e separar os diamantes. Ao contrário de outras formas de mineração, a mineração de diamantes produz poucos desperdícios tóxicos. A única toxicidade presente é através da utilização de químicos de separação por meio denso (DMS), utilizados em fábricas de processamento. Os "kimberlites" apresentam um conjunto de problemas ambientais diferentes. A mina de "kimberlite" de Catoca foi construída de modo a deixar uma impressão ambiental o mais pequena possível. Actualmente, esta utiliza esmagadores mecânicos em vez de um sistema de separação por meio denso (DMS). A próxima fase do projecto irá, no entanto, utilizar uma fábrica de processamento de gravilha com DMS. Os planos ambientais para futuras minas de "kimberlites" em Angola, e quaisquer possíveis problemas com os minérios, não são ainda conhecidos.

As questões ambientais relativas a mineração são regulamentadas pelo Artigo 21º da Lei de Geologia e Mineração de Angola de 1992.¹⁰ A responsabilidade pela protecção do ambiente, incluindo o abastecimento de água e vegetação, a vida selvagem e – não menos importante – a saúde e segurança das pessoas que podem ser afectadas pelas operações de mineração, reside junto das empresas de mineração e de prospecção. A lei não é, no entanto, específica na declaração de quais as práticas que são necessárias por parte das empresas de mineração para atingir estes objectivos; por exemplo, restituição ambiental no fim de vida de um projecto. Estas questões são abrangidas – ou não – no contrato de cada empresa. As empresas de mineração e de prospecção podem pagar indemnizações se se descobrir que não cumpriram as suas responsabilidades, e estão sujeitas a inspecção pelo Ministério de Geologia e Minas.

Angola tem uma história de mineração de diamantes recuando quase 90 anos, pelo que os efeitos da mineração a longo prazo são de uma quantidade conhecida. Assim como noutros locais, as empresas de mineração coloniais não instituíram operações de limpeza ambiental no fim de vida de uma mina. É possível ver ainda os vestígios de antigas operações de mineração ao longo de grande parte de Lundas.

O efeito ambiental mais óbvio é o desvio de rios para expor e explorar diamantes no leito rochoso dos rios, um método de mineração em que Angola foi pioneira durante a era colonial. Esta acção requer a criação de um canal e a construção de barragens numa secção curta do rio. No fim da operação de mineração, a barragem é, ou deve ser, demolida e o rio devolvido ao seu leito original. Os vestígios de muitos desvios de rios podem ser ainda vistos a partir do ar, ao longo dos sistemas de rios de Cuango, Luachimo e Chicapa.

Não existem provas de impacto a longo prazo no ambiente ribeirinho sob a forma de estudos científicos. No entanto, o clima e solos ricos de Angola tem a tendência para regenerar a vegetação das áreas exploradas de modo natural com o decorrer do tempo. Actualmente, a lei de exploração mineira não requer uma avaliação de impacto ambiental antes do início das operações de mineração. Este estudo iria disponibilizar uma referência contra a qual poderia ser efectuada a avaliação dos efeitos para o ambiente. Também não existe qualquer estudo científico recente em Angola sobre os efeitos a longo prazo da mineração aluvial no ambiente, ou nos vastos sistemas de rios.

As empresas de mineração industrial, as quais se encontram numa posição de aderir às normas actuais de boas práticas de mineração, não têm sido os mais importantes intervenientes na alteração do ambiente nos últimos anos. O efeito único mais prejudicial conhecido da mineração aluvial, independentemente da sua forma, é a exposição e dispersão de areia de Kalahari, que é uma camada superior profunda estéril com cerca de mil milhões de anos por cima de muitos depósitos de diamantes, por debaixo do solo superficial. Esta areia é exposta pela mineração. Em operações industriais devidamente geridas, a areia e as gravilhas são colocadas em depósitos de desperdício e podem ser alvo de nova vegetação no fim da mineração. A mineração aluvial não controlada, no entanto, tem tido o maior impacto no ambiente durante a última década. Os milhares de poços e a areia despejada proveniente destes transformaram vastas áreas em "paisagens lunares". Adicionalmente, a lavagem de diamantes em rios, pequenos recintos e mineração nas extremidades dos rios deslocam a lama na água e aumentam a turvação. Isto poderá matar as populações de peixes que alimentam as populações locais, e poluir o abastecimento de água local. Os rios tendem a ter uma corrente forte e limpam-se a si próprios, no entanto, ainda não foi realizado um estudo das populações de peixes existentes nos rios.

O impacto ambiental da mineração de diamantes em Angola necessita de ser estudado adequadamente antes de poderem ser extraídas conclusões claras sobre os efeitos para além dos patentes efeitos visíveis. Certamente o desenvolvimento de outras formas de mineração que tenham um impacto mais tóxico deverão conduzir a revisões da lei de minerais.

Contrabando

Os diamantes contrabandeados a partir de Angola forneceram uma porção considerável do fornecimento mundial desde 1991. Os números da indústria de produção de diamantes em Angola, incluindo a produção legítima, ascendiam a cerca de mil milhões de dólares americanos em 1996, apesar de na altura, as exportações oficiais serem inferiores a 15 por cento deste valor. Na ausência de estatísticas fiáveis a partir de importadores de diamantes noutros locais, não é possível realizar uma avaliação dos níveis de contrabando actuais, mas com mais de 300.000 mineiros ilegais a trabalhar no país, não existe razão alguma para acreditar que o contrabando não tenha continuado a níveis relativamente elevados.

O contrabando pode, no entanto, ter diminuído nos últimos dois anos, com o fim da guerra e com a exaustão dos depósitos mais acessíveis. Tem-se registado uma maior mineração semi-industrial ilegal nas regiões de Cuango e Bié. Enquanto a deportação em massa de mineiros e compradores tem como objectivo reduzir a escavação ilegal e contrabando, a capacidade do governo para impedir o regresso dos mineiros é limitada. Várias operações de mineração, em cujas orlas os mineiros podem operar legalmente, ainda não se instalaram nas suas concessões. As áreas de garimpeiro desimpedidas são actualmente guardadas pelas FAA e pela Polícia Nacional.

Pensa-se que exista um nível de contrabando elevado a partir de áreas onde não existem escritórios de compra. A ASCorp teve um escritório em Bié durante apenas pouco tempo e concentrou agora as suas compras nas regiões de Lundas e Malange. Os diamantes de Bié e do sul do país, segundo relatos existentes, viajam através da Namíbia para a África do Sul. Para além da ausência de escritórios de compra, existem dois outros motivos para contrabandear diamantes de Angola: evitar os impostos angolanos, por vezes em prol de um país com impostos mais baixos, tais como, por exemplo a RDC; e evitar a identificação pelas autoridades.

A ASCorp não só pagou os preços mais baixos que podia negociar, mas também a todos os que quisessem vender à ASCorp era exigido que se registassem junto das autoridades. Com comerciantes fora de Angola a oferecerem melhores preços, especialmente para pedras maiores, não é nenhuma surpresa que o contrabando tenha continuado. Um novo sistema de compra em mercado aberto não fará uma diferença significativa sem controlos adicionais. A actual falta de diamantes em bruto a nível mundial irá fazer aumentar os preços, e irá provavelmente encorajar o contrabando à medida que os comerciantes competem pelos fornecimentos.

É pouco provável que o Processo Kimberley tenha tido grande efeito sobre o contrabando até ao momento, devido à ausência de controlos internos noutros países. O Painel de Peritos das Nações Unidas identificou a Tanzânia, a Guiné e a RDC como as principais rotas para os diamantes de Angola. Outros destinos incluem sem dúvida a República Centro-Africana e o Congo-Brazzaville. O contrabando directamente para um centro de lapidação é outra opção, tal como é o contrabando para um país não participante no Processo Kimberley. Uma complicação adicional diz respeito à identificação. Os depósitos de Angola atravessam a fronteira com a RDC, assim como fazem os contrabandistas. Também existe o facto de os melhores diamantes do sul de Angola serem muito difíceis de distinguir dos diamantes da Namíbia.

Transparência e corrupção no sector dos diamantes

A corrupção em Angola – colocada em lugar de destaque pela riqueza em diamantes e petróleo do país e pelo contraste de pobreza terrível da sua população – tornou-se num dos principais focos de atenção para muitas ONGs, jornalistas e organizações de ajuda governamental. Relatórios detalhados de corrupção têm sido publicados em anos recentes pela Global Witness, Human Rights Watch, Catholic Relief Services e outras organizações (apesar de geralmente em referência ao sector do petróleo). A Transparency International colocou consistentemente Angola entre os dez países mais corruptos a nível mundial. O governo de Angola reagiu ferozmente a estas acusações, afirmando que o governo havia sido afectado negativamente pelo conflito e que estava agora a sair de uma guerra de 40 anos. Um artigo publicado em Janeiro no *The Economist*, no entanto, declarou que "já ninguém aceita estas desculpas".¹¹

Assim como no sector do petróleo de Angola, a transparência no sector dos diamantes é também um problema para o Fundo Monetário Internacional. O FMI identifica problemas genéricos na ausência quase total de controlo internos do país e na sua incompleta ou inadequada contabilização perante os activos e passivos do banco central.¹² Sendo que estes últimos afectam inevitavelmente o sector dos diamantes enquanto o segundo maior fornecedor de moeda estrangeira, logo a seguir ao petróleo. Um sistema estatístico fraco foi também identificado como problemático. A adesão ao Processo Kimberley significa que os números da exportação de diamantes deveriam estar disponíveis de quatro em quatro meses, apesar de até meados de 2004, ainda não terem sido disponibilizadas quaisquer estatísticas

para o Processo Kimberley relativamente a qualquer um dos cinco períodos de quatro meses anteriores.

Em conformidade com um acordo do FMI, uma primeira fase de um estudo de diagnóstico e viabilidade da Endiama foi realizado pela Price Waterhouse Coopers. Concluído no princípio de 2003, este estudo disponibilizou ao Ministério das Finanças de Angola um parecer geral técnico e comercial sobre a indústria dos diamantes. Entre as medidas que este estudo deveria responder encontravam-se a monitorização e revisão da produção e rendimentos relativos a diamantes, procedimentos e estruturas da Endiama e a capacidade das empresas parceiras da Endiama. Foi também realizada uma auditoria individual da Endiama. A Endiama reviu o relatório inicial em Julho de 2003, no entanto, os progressos no que diz respeito a implementação das recomendações têm sido mais lentos do que o previsto.

Talvez a questão mais importante relativamente à transparência e corrupção mais recentemente tenha a ver com relatos de que a filha do presidente, Isabel dos Santos, seja uma accionista "dissimulada" na TAIS, uma das empresas parceiras da ASCorp, e que supostamente seria também accionista na RDR, uma das principais empresas de compra encerrada em 2000. Uma vez que a TAIS é uma empresa suíça, os seus proprietários efectivos podem permanecer ocultos. Apesar de Angola planear abrir um mercado de acções, existem métodos bem estabelecidos de modo difundido para ocultar a identidade de accionistas em empresas de cotação pública. O mesmo problema de identificação de propriedade aplica-se a concessões de mineração alegadamente atribuídas a *Futungoistas* – apoiantes de elite do governo. As atribuições a empresas com ligações militares privadas e as empresas angolanas dirigidas por antigos ou actuais generais das FAA também têm sido seriamente criticadas, apesar deste ser um problema cada vez menor.

Tanto a Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) conduzida a partir do Reino Unido, como a Campanha da ONG "Publish What You Pay" têm centrado a sua atenção na publicação de

pagamentos a entidades governamentais e públicas, e às taxas de assinatura.¹³ No sector dos diamantes, as taxas de assinatura para empresas parceiras podem ser pagas, mas nem sempre são publicadas. Sempre que estas são conhecidas, estas têm rondado valores entre 50.000 e os 200.000 dólares americanos. O financiamento adicional pode advir sob a forma de um empréstimo ou de taxas de consultoria a partir de parceiros de *joint ventures* para detentores de concessões ou projectos de mineração. As empresas publicamente anunciadas normalmente publicam alguns pormenores sobre o financiamento do projecto.

O processo Kimberley: conformidade em Angola

Angola foi o primeiro país a implementar um certificado de origem para as exportações de diamantes, após as sanções das Nações Unidas sobre o comércio de diamantes da UNITA em 1998 e do início das investigações em 1999. O primeiro relatório das Nações Unidas sobre as violações das sanções concluiu que a falta de controlos significativos no interior de Angola facilitava o comércio de diamantes ilícito da UNITA, e recomendou alterações ao sistema de certificado de origem existente na altura. Estas alterações foram implementadas no início de 2000. O objectivo consistia em criar a exclusão de diamantes de conflito verificáveis, substituindo o anterior "sistema completamente aberto". O país tornou-se assim um caso de teste para controlos de diamantes em áreas controladas pelo governo. A ASCorp foi criada em 2000 para reforçar a conformidade com as sanções das Nações Unidas, através da implementação de um sistema que iria tornar mais rigoroso o sistema do certificado de origem de Angola e assegurar a exclusão de diamantes da UNITA. No entanto, estes procedimentos nunca foram completamente implementados. Estes procedimentos foram supervisionados relativamente à sua eficácia pelas Nações Unidas, que por fim

concluíram, no fim de 2002, que "os controlos existentes não são ainda os adequados de acordo com o previsto para as compras de diamantes".¹⁴

Com o fim do contrato da ASCorp em 2004, o controlo das exportações passou actualmente para a SODIAM, que será o principal interveniente neste aspecto dos controlos do Processo Kimberley (KP). O Ministro das Minas declarou que a alteração faz parte de um movimento para parar a prospecção clandestina, em consonância com os requisitos do Processo Kimberley. O governo declarou repetidamente a sua intenção de se tornar um dos pioneiros KP no esforço para parar os diamantes de conflito, mas as metodologias para atingir este objectivo ainda não foram totalmente desenvolvidas.

Ao abrigo do novo sistema, os diamantes das principais oito minas oficiais em funcionamento são enviados directamente das minas para a SODIAM. As negociações decorrem entre os avaliadores das empresas, a SODIAM e a Diamond Counsellor International, o avaliador governamental oficial. Em seguida, a SODIAM exporta os diamantes. Os diamantes do sector artesanal serão agora também vendidos através da SODIAM.

Actualmente, no entanto, não existe qualquer sistema para determinar a origem de diamantes deste sector informal, para além dos registos mantidos pelos escritórios de compra – um sistema baseado em papel incompleto. A cultura genérica deste tipo de compra de diamantes é uma de "sem fazer perguntas", visto que o objectivo consiste em comprar os melhores diamantes aos mais baixos preços possíveis. No entanto, se o governo for bem sucedido na redução do número de mineiros para o seu nível proposto de 10.000, o sector não será capaz de suportar muitos compradores internos, e a regulamentação será menos difícil.

No entanto, os mecanismos de controlo propostos para os mineiros artesanais ainda não foram implementados. Um destes mecanismos irá limitar pequenos mineiros às orlas das minas industriais. As minas serão responsáveis pelo controlo dos mineiros. Mas não ficou ainda claro como serão protegidos os depósitos contra a nova ocupação em áreas em que a mineração

O Processo Kimberley

O Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (SCPK) para diamantes em bruto entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2003. Mais de 40 países e ainda todos aqueles representados pela Comunidade Europeia são membros. Ao abrigo dos termos deste acordo, cada país participante aceita emitir um certificado para acompanhar quaisquer diamantes em bruto a serem exportados do seu território, certificando que estes não são diamantes de conflito. Cada país deve pois ser capaz de rastrear todos os diamantes a serem disponibilizados para exportação de regresso ao local onde foram extraídos ou ao ponto de importação. Todos os países importadores aceitam não permitir a entrada no seu território de quaisquer diamantes em bruto sem um certificado de origem SCPK aprovado.

Dado o grande volume de diamantes a serem comercializados através das fronteiras, foi também considerado necessário criar estatísticas de produção e comercialização, as quais podem ser comparadas de vez em quando, de modo a assegurar que os volumes que deixam um país correspondem aos volumes entrados noutra país. Até meados de 2004, as estatísticas angolanas continuaram incompletas. Existe um problema de verificação geral adicional: a monitorização, que deve ser universal, por forma a poder ser eficaz, continua a ser um acordo voluntário no SCPK. Apesar de muitos países se terem agora voluntariado para rever esta situação, Angola não é um desses países.

ainda não teve início ou em áreas em que ainda não tenham sido atribuídas concessões.

Apesar de se pretender que os mineiros venham a ser registados, não é ainda claro quais os controlos e licenças que estão planeadas para as estruturas de compra, de modo a estabelecer uma cadeia de garantias desde a mina até ao escritório de compra. Antes do monopólio da ASCorp, muitas empresas de compra utilizavam intermediários que trabalhavam frequentemente numa base em trabalho subcontratado, e que não necessitavam de estar registados.

Enquanto parte da cadeia de controlo, a ASCorp licenciou efectivamente colaboradores (sub-compradores) que eram verificados em termos de segurança e que tinham de ser aprovados para assegurar de que estes não tinham ligações com a UNITA. No entanto, os controlos nunca chegaram a ser completamente implementados durante o funcionamento da ASCorp, e a licença para o sistema com uma base informática para registar os compradores expirou em Maio de 2003. O fim do

sistema de registo coincidiu com o fim da guerra e o levantamento das sanções, mas também foi abandonado em prol de uma solução mais draconiana para o problema: a expulsão de mineiros ilegais em detrimento da criação que quaisquer controlos novos. De modo que persistem ainda questões sobre como as novas estruturas de compra serão geridas por forma a estabelecer a cadeia de garantias necessária, e também se os diamantes serão comprados directamente aos mineiros, encurtando a cadeia e permitindo uma identificação mais clara da fonte dos diamantes.

Um novo órgão, publicado em Diário de República em Dezembro de 2003, é agora responsável pela implementação de controlos. O Corpo Especial de Fiscalização e Segurança de Diamantes (CSD) tem um papel que abrange a segurança dos diamantes a todos os níveis do sistema. O CSD apresenta os seus resultados perante o SINFO, o órgão de investigação de coordenação de Angola, em vez de às autoridades dos diamantes. Este órgão tem um mandato de

abrangência alargada muito além das questões sobre contrabando e a conformidade com o Processo Kimberley, e atribui ao CDS um papel crucial no sector dos diamantes.

A política durante os anos de guerra consistia em legalizar os pequenos mineiros, para licenciar compradores e para trazer lentamente a ordem às regiões de diamantes, utilizando métodos não militares. Esta operação foi só parcialmente concluída e pode até nunca ter sido completamente possível, dado o grande número de mineiros e compradores ilegais. Os métodos mais draconianos actualmente a serem implementados, se bem sucedidos, poderão ajudar Angola a cumprir as regras do Processo Kimberley. No entanto, esta conformidade traz consigo um custo humano, e permanece uma questão em aberto relativamente ao modo como os novos sistemas irão funcionar para controlar a mineração ilegal e criar um ambiente de mineração e comercialização mais seguro, justo e credível no processo.

Notas

¹ Justin Pearce, *Situation Report*, "War, Peace and Diamonds in Angola; Popular Perceptions of the Diamond Industry in the Lundas", Institute for Security Studies, Pretoria, Maio de 2004.

² Resolução de Conselho de Ministros 20/99, 26/10/199 e Decreto 7A/00 31/1/2000.

³ Brendan Ryan, "Tangled in Angola", *Financial Mail*, 1 de Agosto de 2003.

⁴ "Endiama apresenta provas contra a De Beers", *Angop*, 30 de Setembro de 2003 e *Polished Prices.com*, 6 de Novembro de 2003.

⁵ *Business Day* (Joanesburgo), 10 de Fevereiro de 2004.

⁶ Lei 16/94 dos Diamantes, Lei Sobre o Regime Especial Das Zonas de Reserva Diamantífera, ambas publicadas em 7 de Outubro de 1994.

⁷ UN Integrated Regional Information Networks, 21 de Abril de 2004.

⁸ Declaração: "Angola promete investigar a alegada violência", *AP* 17/2/04.

⁹ "Angola-DRC: Forced expulsion of Congolese results in backlash", *IRIN*, 7 de Junho de 2004.

¹⁰ Lei nº 1/92, Lei das Actividades Geológicas e Minerárias. 17/1/1992.

¹¹ *The Economist*, "The shameless rich and voiceless poor", 22 de Janeiro de 2004.

¹² Fundo Monetário Internacional, Anúncio de Informação Público 03/114, 10 de Setembro de 2003, Washington.

¹³ Ver, por exemplo, *Time for Transparency: Coming Clean on Oil, Mining and Gas Revenues*, Global Witness, Londres, Março de 2004.

¹⁴ Relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Partenariat Afrique Canada (Parceria África Canadá) agradece as numerosas pessoas e estabelecimentos que forneceram o tempo e a informação para a preparação desta Revista Anual. Agradecemos em especial a ENDIAMA, bem como as suas companhias associadas e todos em Angola que contribuíram para este trabalho. Expressamos igualmente a nossa gratidão aos ONGs angolanas para as suas contribuições a recolha da informação.

O projecto sobre os Diamantes e a Segurança Humana é apoiado pelo: Program on Global Security and Sustainability de John D. and Catherine MacArthur Foundation, Agência Canadiana de Desenvolvimento, Department for International Development, Development Cooperation Ireland, a

Organização Canadiana Católica para e Desenvolvimento a Paz, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional, Negócios Estrangeiros Canadá, o Fundo para a Justiça Social dos Trabalhadores Canadianos do Automobile, World Vision Canada e vários outros organismos.

A informação suplementar pode ser encontrada aos sítios Web seguintes:

Partenariat Afrique Canada (PAC)
www.pacweb.org

Mbendi – Angola Mining: Diamond Mining
<http://www.mbendi.co.za/indy/ming/dmnd/af/an/p0005.htm>

Global Witness
<http://www.globalwitness.org>

Institute for Security Studies
<http://www.iss.co.za/Pubs/BOOKS/Angola>

Contactem PAC à info@pacweb.org

Créditos de fotografias e direitos de autor:
Fotografias 2,4,5,6 - Christine Gordon;
Fotografias 1,3 - Catoca Lda

Also available in English
Disponible en français